



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: 1003292-05.2015.8.26.0566  
 Classe - Assunto: Procedimento Ordinário - Garantias Constitucionais  
 Requerente: Saae Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
 Requerido: Interpress Comunicações Editoriais Ltda.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE** move ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra **INTERPRESS COMUNICAÇÕES EDITORIAIS LTDA.** Sustenta que a ré, no Jornal Primeira Página, edição de 30.03.2015, e no sítio eletrônico correspondente, divulgou notícia relativa a aspectos administrativos e financeiros da autarquia, com dados absolutamente equivocados e que malferem a honra e imagem do autor. Diz que notificou a ré, extrajudicialmente, a garantir-lhe o direito de resposta previsto no art. 5º, V da Constituição Federal, mas a ré nada fez. Pede a condenação da ré na obrigação de publicar a resposta da autora.

A ré foi citada e contestou alegando, em preliminar, a impossibilidade jurídica do pedido vez que pessoa jurídica de direito público não titulariza o direito de resposta, e, no mérito, que não houve qualquer abuso no exercício da liberdade de expressão.

A autora ofereceu réplica.

**É o relatório. Decido.**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A preliminar confunde-se com o mérito.

O autor é autarquia prestadora de serviço público e a ré, entidade de comunicação social que, no Jornal Primeira Página, publicou notícia, que instrui a inicial, e que seria deturpada quanto ao entendimento de dados relativos a questões financeiras e administrativas do ente público.

A Constituição Federal prevê o direito de resposta no art. 5º, inciso V: **"é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem".**

O direito de resposta, em sua origem, foi concebido como um **direito defensivo da dignidade, honra e imagem das pessoas** - direitos de personalidade - contra o exercício abusivo da liberdade de expressão.

O nosso constituinte enfatizou essa característica, seja por cuidar do instituto juntamente com outros direitos **que pressupõem a ofensa** (indenização por danos materiais, morais e à imagem), seja por **explicitamente relacionar o direito de resposta com o "agravo"** (vez que devem guardar a mesma proporção), ou seja, com o dano, a lesão.

A doutrina costuma ressaltar esse aspecto, referindo, como interesses


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

juridicamente protegidos pelo instituto, a **dignidade humana, privacidade, a honra, a reputação, a imagem** (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 22ª Ed. Malheiros. São Paulo: 2003. pp. 244; MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 17ª Ed. Atlas. São Paulo: 2005. pp. 45; MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 9ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2014. pp. 267).

Se o direito de resposta exercesse apenas essa função, parece-me claro que deveria ser negado, **prontamente**, ao autor. Isto porque a pessoa jurídica de direito público, prestadora de serviços públicos, **não titulariza quaisquer desses direitos**, e, nesse sentido, não sofre agravo **juridicamente protegido**, que legitime a invocação do direito de resposta.

O STJ, em lapidar acórdão, alertou para o perigo de se garantir ao poder público o direito de postular, vg., indenização por dano moral contra o particular, com fundamento em manifestações abusivas do pensamento ou expressão, o que poderia constituir "ameaça a centros nervosos do Estado Democrático de Direito, como a imprensa livre e independente". (REsp 1258389/PB, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, 4ªT, j. 17/12/2013)

Naquele julgado, observou-se que o direito à indenização por danos morais, garantido à pessoa jurídica na Súm. 227 do STJ, "constitui solução pragmática à recomposição de danos **de ordem material** de difícil liquidação ... potencialmente resultantes do abalo à honra objetiva da pessoa jurídica", para "resguardar a **credibilidade mercadológica ou a reputação negocial da empresa**".

Embora naquele feito em debate estivesse a questão do dano moral, tem interesse para o presente julgamento a observação de que o interesse juridicamente tutelado pelo reconhecimento do direito à indenização por danos morais, em relação à pessoa jurídica, é de **natureza privada**, fundamentado no **potencial efeito econômico** que o dano à imagem pode gerar à pessoa jurídica. Direito na origem material que, diante da extrema dificuldade probatória, foi **assimilado pela dogmática jurídica** como dano moral, dano à honra objetiva.

No campo do direito privado, a credibilidade de uma empresa ou de sua marca, seu bom nome, sua imagem, são inclusive dimensionáveis economicamente, constituindo elemento considerado na sua avaliação global, por exemplo em fusões e aquisições. **Tal lógica não se aplica à pessoa jurídica de direito público que presta serviços públicos.**

De fato, não faz sentido algum – e aplicar um entendimento que não faz sentido é ferir de morte a razoabilidade - imaginar que a pessoa jurídica de direito público, ente estatal que se constitui em gestor de interesses alheios, interesses de toda a coletividade, possa titularizar alguma "honra objetiva", alguma "imagem" **digna de tutela jurídica**, contra os próprios cidadãos ou entidades privadas que constituem uma forma de expressão da cidadania.

Temos, portanto, que **o autor não titulariza quaisquer dos direitos de personalidade que poderiam se reputar atingidos**, posto que potencialmente, pela matéria divulgada pela ré.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Consequentemente, não titularizaria o direito de resposta se este tiver o propósito apenas de reparar ou prevenir malferimentos a **direitos de personalidade**.

Todavia, tem-se identificado no direito de resposta ainda **outra função**, ligada não ao interesse privatístico daquele que foi ofendido em seus direitos de personalidade, e sim ao **interesse publicístico, da própria sociedade, na pluralidade das fontes de informação**, propiciando então o fortalecimento da democracia, através do contraditório oportunizado pelo instituto (MOREIRA, Vital. O Direito de Resposta na Comunicação Social. Coimbra Editora. Coimbra: 1994. Pp. 24/32; BINENBOJM, Gustavo. Meios de Comunicação de Massa, Pluralismo e Democracia Deliberativa. As liberdades de Expressão e de Imprensa nos Estados Unidos e no Brasil. REDAE. Salvador. nº 5. Disponível na internet: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em 14/01/2016).

Nesse último sentido o brilhante voto proferido pelo Em. Min. CELSO DE MELLO no RExt 683.751/RS, que tratou da possibilidade de o direito de resposta ser exercido com fundamento direto na Constituição Federal, mesmo havendo vácuo legislativo (antes da Lei nº 13.188/2015).

Aliás, importante diploma jurídico, qual seja, o Pacto de San José da Costa Rica, incorporado ao nosso ordenamento jurídico, em seu artigo 14, Item 1, **garante o direito de resposta não só contra informações ofensivas, mas o assegura, ainda (com o nome de direito de retificação) contra informações simplesmente inexatas**: "Artigo 14 - Direito de retificação ou resposta. 1. **Toda pessoa**, atingida por informações **inexatas** ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral, **tem direito a fazer**, pelo mesmo órgão de difusão, **sua retificação** ou resposta, nas condições que estabeleça a lei. (...)".

Desse panorama jurídico poderíamos extrair a coexistência de dois direitos que, embora assemelhados, partem de pressupostos distintos (a) o **direito de resposta**, dependendo de uma ofensa – voltado mais ao interesse privado daquele que foi ofendido em seus direitos de personalidade (b) o **direito de retificação**, ligado à informação inexata – voltado essencialmente ao interesse público pela informação verdadeira.

Mas a questão não é tão simples.

O Pacto de San José da Costa Rica menciona que o direito de resposta e o direito de retificação devem ser exercidos "nas condições em que estabeleça a lei".

Uma primeira dificuldade está no fato de que, quando publicada a notícia em debate nos autos, **não havia lei disciplinando esses direitos**, no Brasil. Havia o **vácuo legislativo** criado pelo julgamento no STF na ADPF nº 130, Plenário, Rel. Min. CARLOS BRITTO, j. 30.04.09, no sentido de que a Lei de Imprensa, em sua integralidade, não foi recepcionada pela Constituição Federal.

Em tal panorama, mesmo que o direito de resposta ou retificação pudesse ser exercido **com fundamento direto** na Constituição Federal, como



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

decidido no RExt 683.751/RS, a ausência de *interpositio legislatoris* dificultava a compreensão das **condições necessárias para o seu reconhecimento**, no caso concreto.

Como observado pelo Em. Min. GILMAR MENDES, em seu voto na ADPF nº 130, Plenário, Rel. Min. CARLOS BRITTO, j. 30.04.09, "**a inexistência de regras mínimas para o exercício efetivo do direito de resposta pode instaurar um grave estado de insegurança jurídica que prejudicará, principalmente, os próprios comunicadores**".

Em tal contexto, como a presente sentença está sendo proferida já na vigência da Lei nº 13.188/2015, e esta, embora posterior aos fatos tratados na inicial, agrega **segurança jurídica**, não se vê impedimento em que seja respeitada no caso concreto, ainda que por analogia, para a **identificação dos parâmetros de julgamento**, porquanto, ao fazê-lo, não se verifica qualquer ofensa a direitos adquiridos ou a ato jurídico perfeito.

Nesse sentido, lido o art. 2º desse diploma, parece-nos que **os institutos do direito de resposta e do direito de retificação foram reunidos sob um mesmo pressuposto**, qual seja, o **agravo**.

A possibilidade de retificação com base em uma informação inexata que, todavia, não ofende direitos de personalidade, **não emerge da lei** recentemente promulgada.

Leia-se o enunciado: "Ao **ofendido** em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social é assegurado o direito de **resposta** ou **retificação**, gratuito e **proporcional ao agravo**."

A figura do **agravo**, como notamos, está presente tanto para o direito de resposta, **quanto para o direito de retificação**.

Essa primeira impressão **se fortalece** com a leitura do § 1º do mesmo art. 2º: "Para os efeitos desta Lei, considera-se matéria qualquer reportagem, nota ou notícia divulgada por veículo de comunicação social, independentemente do meio ou da plataforma de distribuição, publicação ou transmissão que utilize, **cujo conteúdo atente, ainda que por equívoco de informação, contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica identificada ou passível de identificação**."

Quer dizer: o "equívoco de informação" que autoriza o exercício do "direito de retificação" somente é aquele "**cujo conteúdo atente ... contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica identificada ou passível de identificação**".

Como a pessoa jurídica de direito público, prestadora de serviços públicos, não titulariza quaisquer desses direitos ou bens jurídicos que, violados pela informação inexata, possibilitariam o direito de informação, conclui-se que o autor não pode exercer esse direito.

Diante de todo esse panorama legislativo, reputo que **o autor não demonstrou validamente ser titular do direito** de resposta ou retificação contra a ré.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Mas cabe ainda referir outro ponto.

Supondo-se que a Lei nº 13.188/2015, por algum artifício hermenêutico, deva ser interpretada de modo a autorizar o direito de retificação **mesmo que não haja ofensa a direitos de personalidade**, numa compreensão mais ampla do instituto a partir da Constituição Federal e do Pacto de San Jose da Costa Rica, ainda assim quer-me parecer certo que **não se trata de direito indiscriminado**, a ser exercido sempre que, na perspectiva da pessoa mencionada na notícia, alguma informação inexata foi apresentada.

Com efeito, o interesse público pela informação verdadeira passa necessariamente pela compreensão do que seja a **verdade**, e esta, nos grandes temas ligados à política, ao comportamento, à gestão pública e à moralidade, **não é aferível objetivamente**, havendo sempre o perigo de, a pretexto esclarecimento da verdade, buscar-se no fundo um ataque à liberdade de expressão.

O alerta nos é dado pela doutrina: "A ampliação do direito de resposta, contudo, tem sido sustentada por autores que pugnam por um suposto direito difuso à verdade ou à informação verdadeira. Esquecem-se, contudo, que inexiste o conceito absoluto de verdade e que a liberdade de expressão e de manifestação pressupõem o direito de externar ideias que representam, por definição, apreensão subjetivas da realidade. Assim sendo, embora a retificação de fatos seja constitucionalmente assegurada, **não se pode cogitar de um direito a uma suposta informação verdadeira, quase que a impor, autoritariamente, ao pior estilo de renovada patrulha ideológica, qual a valoração íntegra dos fatos, a ser esclarecida e divulgada, em detrimento da manifestação exarada pelo órgão da imprensa.**" (TEPEDINO. Gustavo. O direito à liberdade de expressão à luz do texto constitucional. In Soluções Práticas de Direito: Pareceres. RT. São Paulo: 2012. V. 1. pp. 117).

Ora, no presente caso específico, com todas as vênias ao autor, inclusive a partir do confronto que decorreu das manifestações das partes na inicial, contestação e réplica, **verifica-se que não houve excesso, por parte do réu, no exercício de sua liberdade de expressão, vez que conferiu a dados objetivos a sua interpretação, no âmbito legítimo da informação jornalística.**

Assegurar o direito de retificação, neste caso, não se coaduna com o propósito específico do instituto.

Ante o exposto, **julgo improcedente a ação** e condeno o autor nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários advocatícios, por equidade, em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 13 de janeiro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA